

Por que os Projetos Alternativos à Fumicultura não vêm se Tornando Prioridade entre os Agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul?

Ronaldo Guedes de Lima¹

Resumo

Este texto analisa a questão das dificuldades percebidas nos projetos alternativos à fumicultura no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Parte-se da premissa de que a produção de fumo nas unidades familiares interfere, com mais intensidade, brechando os projetos alternativos de diversificação produtivos, quer os de base convencional, quer os da transição agroecológica. A análise procura discutir e refletir densamente sobre essa questão levantada, sem, contudo, desconsiderar que há ideias ou proposições divergentes sobre o significado e a prática da diversificação nas áreas produtoras de fumo. A partir de estudos empíricos conclusos e da própria vivência do autor na região, conclui-se que as dificuldades de promoção de alternativas econômico-produtivas ao fumo não são basicamente provocadas pela logística da fumicultura, muito embora os aspectos "econômicos" contidos nessa, assim como em quaisquer outras atividades produtivas, estejam bem mais presentes nas atitudes/concepções dos agricultores. Estes podem permanecer na fumicultura por uma conveniência basicamente material; podem, também, desistir ou diminuir a carga de trabalho, empregada naqueles projetos alternativos à fumicultura, por causa, sobretudo, do problema de inconstância de mercado, entre outros obstáculos constatados.

Palavras-chave: Diversificação. Transição. Fumicultura. Vale do Rio Pardo.

¹ Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor do Instituto Federal do Paraná, Campus Assis Chateaubriand. ronaldol@viavale.com.br

Abstract

This paper examines the question of the difficulties seen in the alternative projects to tobacco farming in the Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. It starts with the assumption that the production of tobacco in family units, interferes more intensively, braking the alternative projects productive diversification, whether the conventional base or the agroecological transition. The analysis seeks to discuss and reflect heavily on the raised question, but without ignoring that there are differing ideas or propositions about the meaning and practice of diversification in tobacco-producing areas. From completed empirical studies and the author's own experience in the region, it is concluded that the difficulties of promoting economic and productive alternatives to tobacco are not basically caused by the logistics of the tobacco industry, though, aspects of "economics" contained with this activity, as well as any other productive activities, are much more present in the attitudes / views of farmers. Farmers can remain in tobacco farming, for a basically material convenience, they can also quit or reduce the workload, while employed in projects alternative to tobacco growing, due mainly to the problem with the inconsistency of the market, among other obstacles found.

Keywords: Diversification. Transition. Tobacco farming. Vale do Rio Pardo.

Os primeiros movimentos contestatórios propondo “publicamente” a substituição do cultivo do fumo por outras atividades menos ofensivas à saúde humana e ao meio ambiente em geral na microrregião base da fumicultura rio-grandense, aconteceram devido, principalmente, à articulação político-religiosa da Igreja Católica de Santa Cruz do Sul (RS), no princípio dos anos 90 do século 20. No rastro dessas primeiras problematizações, outros setores da sociedade local e regional passaram, também, a defender a bandeira da diversificação produtiva às famílias agricultoras.

Efetivamente, na primeira década de 2000, tornou-se mais pública e incisiva a discussão sobre a necessidade de se promoverem bases alternativas produtivas nas áreas onde se cultiva o fumo aqui no Brasil. Após a adesão do Brasil, em 2005, quando se ratificou o tratado internacional denominado de Convenção-Quadro,² cresceram politicamente a responsabilidade do governo federal de um lado, e as expectativas dos agricultores de outro, visando ao aprimoramento, à implantação de novos projetos conexos às atividades econômicas e à geração de renda em áreas cultivadoras de fumo.

Hoje, é prematuro tecer conclusões acerca dessas políticas institucionais, muitas delas em andamento nas diversas regiões sul-brasileiras onde se cultiva o fumo.³ Cabe referir, porém, que, bem antes dessas atuais políticas de Estado, na região berço da fumicultura gaúcha, o Vale do Rio Pardo (VRP), onde prevalecem expressivas organizações familiares de agricultura, já se propunha a ideia da diversificação há mais tempo, inclusive, enfatizando-se as novas práticas de trabalho baseadas na produção e na comercialização direta de produtos ecológicos.

² Trata-se do tratado encabeçado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O referido tratado busca problematizar os efeitos do tabagismo e propõe paralelamente o controle do fumo em escala mundial, tanto da oferta quanto da demanda, com o objetivo de melhorar a saúde da população em geral, mesmo daqueles que não têm o hábito tabagista (Convenção-Quadro..., 2004).

³ Até 2008 o governo brasileiro, sob a coordenação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), apoiou 47 projetos na região sul-brasileira (Programa..., 2008). Mesmo assim, integrantes de organizações não governamentais insistem criticando o governo central pela falta de objetividade política e de recursos financeiros potencialmente importantes nos projetos institucionais de diversificação de rendas às famílias fumicultoras (ver estudo realizado por Bonato, 2009).

Entre os seguidores dessa nova proposta alternativa ao fumo no VRP, destacam-se, nos dias de hoje, a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda. (Ecovale), de Santa Cruz do Sul, além de outras poucas associações de agricultores, igualmente em processo de transição, mas ainda em situação bastante lenta, tomando-se por base o conjunto de agricultores existentes nessa região. Paralelamente a essa nova proposta alternativa, que se baseia nas dimensões da sustentabilidade social, econômica e ambiental, constata-se, também, que há outras experiências em desenvolvimento, porém mais centradas no viés da produção à base da agricultura convencional agroquímica, inclusive contando com o apoio financeiro da União.

Embora os apelos à diversificação⁴ continuem na ordem do dia, nota-se que há dificuldades de se promoverem os distintos planos alternativos à fumicultura local (provavelmente isso também se repete em outras regiões, onde se constata a dominância do cultivo do fumo). Notadamente, as dificuldades podem ser ainda mais expressivas entre aquelas atividades alternativas embasadas na produção e na comercialização de produtos ecológicos, em decorrência de um conjunto de fatores proeminentes (como será mostrado nas seções posteriores).

Quais seriam, então, as principais razões que dificultam a promoção de alternativas econômico-produtivas à produção do fumo no VRP? Grosso modo, pode-se dizer que a caminhada das alternativas no contexto da fumicultura, seja de base convencional, seja de base ecológica, não se realiza tão facilmente por conta de diversos fatores macro e micro. O macro refere-se basicamente às políticas agrícolas (mercados, preços, créditos) e às políticas rurais consistentes (planos/ações de desenvolvimento rural). O micro refere-

⁴ Tempos atrás, os economistas rurais concebiam a diversificação, em termos de produção de vários produtos da agricultura para o mercado, promovendo, por consequência, várias fontes de renda para o agricultor (Silva et al., 1980). Atualmente, devido às diversas funções que o meio rural pode assumir, inclusive a de promover a obtenção de rendas extra-agrícolas, as estratégias de diversificação poderiam ser denominadas de “opções pela diversidade de ocupações”, na medida em que é possível se estabelecer ou conformar uma complementaridade entre os setores da produção regional, territorial.

se às iniciativas dos atores e dos agentes locais ou regionais de criarem processos indutores de empoderamento social na perspectivação de experiências mais autônomas (mesmo que se considere difícil esse enfrentamento por causa das práticas dominantes estrategicamente difundidas na região, e pelas corporações capitalistas do setor fumageiro e de seus apoiadores).

Como consequência disso, supõe-se que as condições comerciais vantajosas à fumicultura, desde há vários tempos, interferem, obstaculizando as alternativas diferentes daquela. Isso, porém, não é tão decisivo no cotidiano das condições de vida dos agricultores. O sentido principal das ações e das escolhas dos indivíduos rurais, pode estar vinculado, em maior grau, à materialidade (condições de vida); ou seja, à reprodução social e econômica do agricultor e sua família, por primeiro, independentemente do tipo de ocupação no meio rural, quer na lavoura de fumo, quer noutras atividades. Vale, contudo, reiterar: o atual ambiente logístico, destacadamente o mercadológico, a favor da fumicultura, continua atraindo (ainda que haja queixas de ordem sanitária, decorrentes dos riscos presentes no processo) a razão objetiva dos indivíduos (agricultores) rurais. Os estudos empíricos atestam isso, desde os realizados por nós, no RS (Lima, 2007),⁵ até os feitos em áreas catarinenses por outros (Almeida; Lasso; Ribas, 2010).

Ao se pensar nesta questão, propõe-se, neste espaço, que se discuta e se reflita sobre os motivos que limitam ou desafiam os projetos favoráveis à diversificação econômico-produtiva das áreas rurais na região base da fumicultura gaúcha, o VRP. Essa construção reflexiva se baseia, evidentemente, em estudos de caso finalizados e na experiência teórico-prática deste autor.

⁵ Esse estudo de caso se embasou nos fundamentos da pesquisa qualitativa. Foram recolhidas informações de nove pesquisados, intencionalmente escolhidos, residentes na circunvizinhança do município de Santa Cruz do Sul (RS). As técnicas empregadas consistiram em: entrevista semiestruturada, questionário, observação do autor e participação dos informantes qualificados. O tratamento das informações seguiu os procedimentos da análise temática propostos por Minayo (1992).

A análise, longe de diminuir as experiências alternativas, procura instigar a reflexão dos interessados para que contamine as ideias hegemônicas dos poderes de decisão pelo fortalecimento, ainda maior, das alternativas em construção.

Diversificação e/ou conversão: o que está sendo proposto aos fumicultores?

As atuais manifestações de diferentes atores, de instituições locais e nacionais, em torno da proposta favorável à adoção de novas expectativas econômicas nas áreas onde se cultiva o fumo, apresentam, nos seus comunicados, dois temas centrais, aparentemente interpenetráveis: diversificação e conversão. A diversificação parece integrar-se às representações vindas da maioria e nasceu há mais tempo. A conversão, embora conceitualmente possa se confundir com a diversificação, alinha-se às da minoria. É um tema novo e que passou a ser propagado nacionalmente após o aceite do Brasil à Convenção-Quadro (Lima, 2009).

As próprias organizações que compõem a rede do fumo, desde outras épocas, quando cresceu a competição do produto no mercado exterior (por conta da oferta proveniente dos países africanos), expressam que se deveria realizar a diversificação nas unidades fumicultoras aqui no Brasil.

Para os críticos de matizes marxistas, este discurso, que procura difundir a ideia da diversificação, da combinação de atividades diversas, porém, dando ênfase à produção comercial do fumo, “[...] é uma estratégia do capital para o rebaixamento dos custos monetários da produção” (Vogt, 1997, p. 164), tornando-se economicamente vantajosa à indústria compradora da matéria-prima, na medida em que, diminuindo o custo pago ao agricultor, aumentam os lucros empresariais (Silva et al., 1980).

Nessa linha de argumentação, porém, prospectando-se mais as necessidades objetivas dos agricultores, Tedesco (2001) argumenta que os produtos da diversificação gerados internamente pelas famílias, no ramo da integração (de aves, de fumo), servem de promoção e de segurança à integridade dos núcleos familiares. O somatório dos produtos da diversificação serve também para que a família integrada possa aumentar a sua capacidade de reprodução (Tedesco, 2001, p. 144), “[...] o que, caso contrário, implicaria uma remuneração melhor para a matéria-prima produzida”.

O termo conversão (às vezes emprega-se o termo substituição) passou a ser difundido, enfaticamente, após a ratificação da Convenção-Quadro, em 2005. Em torno da conversão, reúnem-se diferentes segmentos contrários ao fumo (corrente antifumo). Os setores da saúde vêm advertindo a população nacional sobre os males decorrentes do hábito tabagista. Aqui no Brasil, as manifestações antifumo são lideradas pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. Paralelamente, há o apoio da rede antifumo das ONGs médicas (que dão continuidade às deliberações das Assembleias Mundiais de Saúde, fazem pesquisa e propõem políticas institucionais sobre tabagismo), do setor das ONGs advocatícias e do movimento promovido pela Igreja Católica do RS (Boeira; Guivant, 2003).

De todo modo, os apelos à diversidade de ocupações e de geração de rendas nas áreas cultivadoras de fumo são unânimes, tanto entre aqueles que defendem a “diversificação” (discurso realista) quanto entre os que propõem a “conversão” (discurso idealista). Estes últimos aparentemente desconhecem, ou conhecem minimamente, a realidade vivida no campo por cultivadores dessa matéria-prima. Esse grupo vem defendendo a ideia da substituição da lavoura de fumo por outras atividades ocupacionais, mas ainda muito distantes e desconhecidas da grande maioria dos fumicultores brasileiros.⁶

⁶ Isso, no entanto, não quer dizer que não existem, apesar de serem poucas, boas experiências alternativas, inclusive na perspectiva da transição agroecológica. Ver, por exemplo, os estudos de caso, de Almeida, Lasso e Ribas (2010), Andrade et al. (2005), Lima (2007), Nascimento et al. (2007) e Vielmo et al. (2007).

A maioria, entretanto, não concorda com essa proposta um tanto “utópica” pelos impactos sociais e econômicos negativos que podem acontecer no futuro (diretamente sobre a cadeia fumageira e sobre os entes públicos, majoritariamente dependentes dos impostos gerados por aquela cadeia) e pela ausência, até o momento presente, de alternativas econômicas atrativas no meio rural que possam, de fato, desencadear a substituição das lavouras de fumo, a curto e médio prazo.

Evidentemente, do ponto de vista teórico ou paradigmático, sempre se deve alimentar a ideia da conversão (pela dialógica) como expectativa à frente, de realização “possível” do novo, preferencialmente invocando a idealização da sustentabilidade na agricultura como proposta verdadeiramente alternativa. Acredita-se, porém, que essa ideia pode não se tornar verídica nestes próximos longos anos ou décadas, por conta daquelas consequências fatalmente atingíveis em toda a cadeia. Futuramente as lavouras de fumo, talvez em proporções menores, continuarão dividindo o trabalho dos familiares com outras atividades paralelas; isso, naturalmente, se houver uma diminuição da demanda, em escala global, dessa matéria-prima, ou se houver a institucionalização de medidas internas, de restrição ao crédito, por exemplo, e exclusivamente estendida a essa atividade fundamentalmente exportadora.

Entre os realistas, distinguem-se dois grupos: conservador e democrático. O primeiro propõe que se preserve e se destaque o cultivo da solanácea, independentemente das quantias das demais ocupações nas propriedades. O segundo propõe projetos conexos à emancipação socioeconômica dos fumicultores, levando em conta as necessidades imediatas e as decisões internas dos núcleos familiares, não pregando a sucumbência (imediata) do fumo, como se verifica, nos comunicados idealistas, emergidos dos setores de saúde pública,⁷ principalmente (Lima, 2009).

⁷ O Instituto Nacional do Câncer (Inca, 2004), por exemplo, vem defendendo a ideia da conversão baseando-se na prática de casos alternativos economicamente viáveis. Esse órgão refere, inclusive, o caso da transição agroecológica que se desenvolve no VRP por meio da assessoria não governamental do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa). Diferentemente dessa narrativa otimista, nessa região em específico, têm-se constatado – apesar do trabalho obstinado dos membros do Capa e de outros poucos agentes quanto à manutenção da transição – sérias dificuldades de promovê-lo. Mais adiante discutem-se os problemas enfrentados pelos agricultores.

Os democráticos são mais cautelosos quanto à proposta da substituição de cima para baixo devido à preocupação básica com a dependência financeira (embora haja a sujeição às empresas integradoras) das inúmeras famílias cultivadoras da solanácea.⁸ Para os democráticos, a fumicultura é um tema complexo e contraditório (assim como é próprio do sistema social moderno) na medida em que, de um lado, produz malefícios cientificamente comprovados à saúde humana, e, de outro, os cultivadores necessitam se apoiar naquela atividade como estratégia objetiva de reprodução social e de manutenção do seu patrimônio.

Foi pensando em dirimir as imprecisões conceituais da Convenção-Quadro e em tranquilizar os diversos setores (privados e públicos) ligados ao tabaco, que o governo brasileiro, em 2005, declarou que não haveria nenhuma ação obrigatória pela substituição da lavoura de fumo nem tampouco a sua proibição (Brasil, 2005). A partir dessa posição, o Estado nacional passou a declarar, nos seus comunicados e nos seus projetos afins, o apoio à “diversificação produtiva” nas áreas produtoras de fumo.

Desafios e perspectivas dos projetos de diversificação

Apesar das discussões havidas entre diferentes agentes nacionais (políticos, técnico-profissionais, funcionários públicos, lideranças, acadêmicos, representações de agricultores, empresários) acerca do controle do fumo em escala internacional, territorialmente, na região do VRP, esse debate não

⁸ É interessante referir que, embora haja, há vários anos, questionamentos sobre o modelo de produção da planta à base de insumos agroquímicos e a tendência, às vezes, de utilizar a floresta nativa como fonte de energia na operação de cura e secagem das folhas, nesse momento crucial, em que se verifica uma profunda “contradição” (própria desse processo), parece ser inconsistente defender a conversão sem que se apontem os meios de solução desse enfrentamento. Primeiro, há de se assegurar a liberdade dos fumicultores. Segundo, não há ainda alternativas produtivas potencialmente seguras que possam ser recomendadas a um grupo maior de agricultores. Terceiro, caso não se encontrem alternativas econômicas parecidas ao cultivo do fumo, será que os futuros ex-fumicultores aceitariam viver à custa da agricultura de autoconsumo ou da agricultura de excedente?

ecoou ao ponto de promover alguma mudança inicial na matriz econômica predominantemente fumícola. No campo, os agricultores familiares continuam majoritariamente cultivando a solanácea, além de se constatar, entre a maioria deles, certo desconhecimento dos reais propósitos da Convenção-Quadro.

As atuais experiências produtivas de ex-fumicultores são ainda muito tímidas ante a hegemonia dos demais cultivadores nessa região. Os estudos de caso, no campo da transição agroecológica, revelam que os projetos alternativos ao fumo encontram-se nos seus primórdios e com dificuldades de avançar (Lima, 2007).

Nem a mais antiga experiência técnica fundada na produção ecológica, nos primeiros anos da década de 80 do século anterior, em Sobradinho, conseguiu manter a meta da agricultura sustentável com base na agroecologia e na cooperação da produção. Em 1999 foi criada, pelos agricultores locais, uma cooperativa ecológica, porém a mesma, repentinamente, entrou em retrocesso, encerrando as atividades inéditas (na forma de cooperação de produtos ecológicos) em outubro de 2004. Não é que todos os ex-associados paralisaram a aplicação da agricultura de base ecológica; um pequeno grupo de agricultores permaneceu atuando nessa perspectiva, com algum prejuízo por certo, na medida em que a cooperativa poderia viabilizar novos mercados, para além do local, exatamente como havia sido projetado no princípio.

No caso de Sobradinho (porção norte do VRP), os limites e as dificuldades encontrados à época para se pôr em prática a agricultura de base ecológica surgiram, segundo Costabeber e Claro (2004), devido à inconstância das condições climáticas reinantes, à pouca experiência dos agricultores com a produção comercial de olerícolas e frutíferas, à falta de espírito associativista/cooperativista dos sócios (da Cooperativa Ecológica Coagricel) nos momentos de dificuldades da comercialização dos produtos, aos preços bastante baixos para alguns produtos, à falta de políticas públicas para apoiar a transição, e ao forte atrativo da fumicultura com sua rede organizada desde o planejamento da lavoura até a venda da produção, entre outros.

Genericamente, quando se analisa a atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural no sul do Brasil, verificam-se vários limites que emperram as ações locais. Abramovay (2009) identificou a falta de confiança dos agricultores na própria capacidade, excesso de burocracia e de autoridade das prefeituras, baixa participação da comunidade local nas comissões, baixo conteúdo de informações de seus membros e a exclusão dos jovens e das mulheres nas comissões democráticas para o desenvolvimento rural municipal.

Como se observa, os obstáculos referidos são de diversas ordens. Os de natureza técnica, entretanto, apesar de existirem, são menos influentes que os estruturais e os organizacionais, como foi constatado tanto na experiência de Sobradinho, por Costabeber e Claro (2004), quanto na da Ecovale, na porção central do VRP, por Lima (2007).⁹

A questão econômica é, de fato, a mais importante para os agricultores. Essa razão influi decisivamente na vida dos mesmos. Eles podem tanto desistir quanto frear os projetos alternativos ao fumo, independentemente da base técnica que orienta esses projetos. Apesar de os agricultores referirem que o trabalho na lavoura de fumo não é tão seguro à saúde pessoal, devido, principalmente, à exposição aos pesticidas e às condições adversas de temperatura e umidade elevada no período de colheita, essa atividade é a mais representativa economicamente no balanço social e material nas propriedades agrícolas.

Intuitivamente¹⁰ pode se dizer que as decisões de ordem material, junto a maioria das famílias agricultoras no VRP, partem do cenário econômico historicamente favorável ao cultivo do fumo. Mesmo os que vinham fazendo (e vêm fazendo) a transição agroecológica, sentiam (sentem) dificuldades de

⁹ No início de 2007 a Ecovale possuía 112 indivíduos sócios, cerca de 70 famílias. Em meados de 2010, a referida cooperativa contava com 65 indivíduos sócios. Essa diminuição tem a ver com a saída de dois grupos, um de Vera Cruz e outro de Santa Cruz do Sul. Naquele período (2007), quando o autor findou seu estudo, eram oito grupos distintos de agricultores associados.

¹⁰ A intuição, segundo Marilena Chauí (1995), é uma atividade racional (do sujeito do conhecimento) que capta ou compreende as relações que constituem a realidade.

avançar na perspectiva do redesenho ecológico da propriedade, basicamente porque existia (existe) uma maior tendência à execução de serviços na lavoura de fumo à base convencional, ou seja, por essa atividade demandar, naturalmente, mais tempo de trabalho, até findar o seu ciclo de produção. Como estratégias de melhoria de renda, alguns membros familiares das “cercanias” de Santa Cruz do Sul, buscam o assalariamento temporário nas próprias empresas processadoras da matéria-prima fumo,¹¹ em períodos específicos do ano, quando não há concorrência com o ciclo produtivo do fumo.

Convém referir que essa estratégia tem favorecido alguns poucos indivíduos no meio rural, na medida em que as empresas, a cada ano, têm diminuído o contingente de contratações. Ademais, o trabalho extraagrícola, como antes referido no VRP, não é ainda um fenômeno marcante no sentido de promulgar amplamente um dinamismo econômico às famílias rurais. Somente os agricultores que se encontram no entorno dos maiores centros urbanos do VRP,¹² como nos casos de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, podem se beneficiar dessa estratégia, que combina o trabalho fora com as lides internas.

Pela razão de plantar mais fumo, outros agricultores podem desistir do projeto de transição agroecológica. Quase sempre essa decisão está associada à falta de manutenção de renda em níveis satisfatórios dos produtos da produção ecológica, além da insegurança de mercado para esses produtos. Apesar de a Ecovale corresponder para os seus associados como uma alterna-

¹¹ O trabalho temporário desenvolvido por algum integrante familiar fora da sua unidade de produção agrícola, foi preliminarmente estudado por Silveira (2003). No plano nacional esse fenômeno é antigo. Desde os tempos do Brasil industrial (fins dos anos 50), o trabalho parcial externo de membros da família agricultora tornou-se uma decisão estratégica de provimento a certas famílias, em especial com o advento da modernização da agricultura a partir de meados dos anos 60.

¹² Nestes dois municípios estão instaladas quase todas e as maiores indústrias processadoras de fumo, destacando-se Santa Cruz do Sul, onde se aloca o maior parque mundial fumageiro. Tomando-se por base o Conselho Regional de Desenvolvimento do VRP, citado pela FEE (2010) no seu site, o mesmo é composto por 23 municípios, perfazendo cerca de 420 mil habitantes (2009). Destes, 144.717 (34,0%) vivem nas áreas rurais. Essas informações, apesar de oficiais, podem não refletir a real característica físico-geográfica rural, bem como a vocação agropecuária desse espaço, que existe, em boa parte, nos municípios que compõem o VRP. Excetuando-se Sobradinho e Santa Cruz do Sul, respectivamente, com 110,6 hab./km² e 162,7 hab./km², os demais municípios dessa região não atingem 100,0 hab./km² (FEE, 2010).

tiva de comércio, ela não segue a mesma logística do sistema de integração, isto é, não garante a compra da produção do associado. Isso, aparentemente, é crucial às pretensões da cooperativa em face de haver, na mesma região, um forte atrativo à fumicultura desde há muitas décadas. Diferentemente da logística do fumo, o mercado da produção dos integrantes da Ecovale dá-se de acordo com os volumes de vendas registrados na loja e nas feiras semanais, diretamente aos consumidores.

O ambiente econômico é tão contagiante nas representações dos agricultores que pode resultar, como se disse antes, no fraquejamento dos projetos alternativos, principalmente entre os que optaram (e optam) pelo terreno da agricultura de base ecológica.

Quanto às decisões dos agricultores pesquisados por Lima (2007), observou-se (em maior número entre os ex-membros da Ecovale) que havia um forte componente materialista nas ideias expressadas. Alguns destes emitiram opiniões bem-ambiciosas, para além dos projetos que estavam (naquela ocasião) garantindo a reprodução social dos familiares.

A razão materialista também gerou dissonância de princípios e de critérios com relação à proposta alternativa baseada na agroecologia. Verificou-se que, nas feiras semanais em Santa Cruz do Sul, alguns produtos, como as hortícolas, não eram totalmente ecológicos; isso porque ex-integrantes da Ecovale, no afã de comercializá-los, recorreram aos agroquímicos, gerando, com isso, contradições de princípios, incoerência, desconfiança e desarmonia entre os associados.

Sinteticamente, o cenário das alternativas ao fumo é incerto. Além desse componente econômico citado, os agricultores em geral convivem com os de natureza técnica, climática e interna às famílias, o que acaba obstaculizando a evolução dos novos projetos, inclusive dos que seguem os métodos e as técnicas da agricultura convencional agroquímica.

Exemplifica-se o caso da Ceasa Regional, em Santa Cruz do Sul, que não consegue reunir grupos de agricultores na região a fim de criar um comércio local e regional de produtos básicos à alimentação. Esse projeto nasceu em 2006 com a participação de 11 municípios e contou com a alocação financeira do MDA como parte de fomento às políticas de ação de diversificação econômica nas áreas produtoras de fumo. Atualmente a Ceasa Regional conta com apenas 2 municípios, sendo 17 as famílias agricultoras atuando nessa unidade, inicialmente projetada para operar com volumes substanciais de hortifrutigranjeiros da região.

Novamente, a pouca adesão dos agricultores se deve à forte atuação da cultura do fumo e à falta de (maior) incentivo, como comentou o atual presidente da Ceasa Regional, em janeiro de 2010 (Treichel, 2010).

A incógnita atual passa a ser, então, como desenvolver condições favoráveis à mudança em um contexto aparentemente desfavorável e dominado por uma sensação de impotência da população rural local.

Discutindo as noções de enfrentamento dos desafios

Como se constatou, os desafios são imensos, tanto à proposta da conversão quanto à da diversificação, independentemente do tipo de formato tecnológico, quer do agroquímico convencional, quer de base ecológica. Isso se deve, primeiramente, à presença da fumicultura com toda a sua logística técnico-econômica bem arquitetada no campo, desde o começo de cada safra culminando com a venda da produção, após alguns meses de dedicação do agricultor e sua família no processo; secundariamente, há de se considerar a presença de problemas técnicos na origem da produção alternativa, o declínio do espírito cooperativista entre os agricultores, ante a prevalência da razão voltada para os fins econômicos (às vezes, insustentáveis nas experiências

alternativas), e uma possível inabilidade com as novas atividades devido à criação de um espírito apático/conformista no meio rural, quando se propõe uma provável mudança.

Apesar disso, os desafios não são tão intransponíveis para alguns agricultores nem para os que se interessam pelo desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura. Para esses poucos agricultores em transição agroecológica, porém, as dificuldades podem ser maiores devido à presença de certos limites técnicos pontuais, como, por exemplo, o aparecimento de insetos e pragas e a incidência de patógenos, normalmente nos períodos quentes do ano.

Acredita-se que se deva desenvolver, na região, uma experiência alternativa bem mais consolidada, ou mais atrativa no plano econômico, do que as que estão postas. Seria o caso, como se tem defendido nacionalmente, de se pensar o rural não setorializado, ou que se criem projetos e políticas visando efetivamente ao seu desenvolvimento, quando a agropecuária (ainda dominante na maioria dos territórios rurais brasileiros) é parte, evidentemente, mas não tão capaz de agregar renda quanto as ocupações não agrícolas nos segmentos da agricultura familiar (sentido de diversidade e heterogeneidade).

Eis que se apresenta à sociedade, aos entes federativos (nos três âmbitos: municipal, estadual e federal) em particular, a iniciativa de levar ao campo projetos estruturantes com a finalidade de torná-lo social e economicamente mais atrativo aos moradores, inclusive a visitantes e aos que buscam desfrutar de sossego e de conforto em espaços onde a natureza ainda se mostra exuberante.¹³

¹³ Existem, no território do VRP, locais com importante potencial turístico que ainda não foram devidamente explorados. A paisagem natural que se avista neste território, na porção Centro-Norte, pode render às comunidades, predominantemente agrícolas, novas oportunidades de rendas se atentarem ao nascimento de novas dinâmicas econômicas que o turismo pode promulgar, ao se produzir, paralelamente, um mercado de produtos específicos nas comunidades (como a agroindustrialização de produtos típicos, entre outros).

Aqui cabe destacar as ideias de especialistas em desenvolvimento, que propõem a construção de ações governamentais articuladas ou combinadas para vencer os obstáculos criados pelas disputas entre as organizações que lidam nas áreas rurais. De acordo com Fialho e Waquil (2008), as próprias organizações (públicas oficiais e representações dos agricultores) emperram a atuação combinada e complementar para promover o desenvolvimento rural e territorial. O fato marcante seria “as disputas ideológicas ou o permanente cultivo das diferenças entre as organizações”, concluem Fialho e Waquil (2008, p. 158).

Ao lado de outras políticas locais, a alocação de recursos específicos na infraestrutura (caso da Ceasa Regional) e a maior atenção à efetivação da Lei da Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, gradativamente em construção pela União,¹⁴ se constituem, no momento, em uma alternativa comercial fundamental à diversificação no VRRP. Há, porém, de se institucionalizar, em maior grau, a perspectiva do olhar heterogêneo no espaço rural, antes que se aprofundem a dependência e as consequências, às vezes, negativas, do projeto basicamente agrícola de produção.

Em que pese essas estratégias institucionais estarem em andamento, convém que se dispense especial atenção, paralelamente, às várias funções que o meio rural pode desempenhar, seja na perspectiva teórica da “territorialidade” (Abramovay, 2000, 2009; Veiga, 2001, entre outros), seja na da “rurbanização” (Silva, 2001), como defendem esses destacados estudiosos nacionais.

Embora os fundamentos teóricos não sejam congruentes, essas duas perspectivas propõem que se objetivem a criação ou o desenvolvimento de iniciativas econômicas não necessariamente vindas da agricultura. Esse novo

¹⁴ Desde 2003 a União tem desenvolvido políticas e programas visando a criar um mercado interno de alimentos, distribuindo vários auxílios (como o bolsa família) a grupos em situação de insegurança alimentar. Mais detalhes, consultar o livro “Fome zero: textos fundamentais” (2004) organizado por Frei Betto.

espaço rural, segundo aqueles estudiosos, deve ser ocupado com atividades diversas, como as que vêm se mostrando materialmente mais dinâmicas em setores ligados ao comércio, à indústria, à prestação de serviços e ao lazer; esses são alguns exemplos a serem promovidos cada vez mais. Nesse aspecto, como destaca Veiga (2001), trata-se de encorajar os municípios a diagnosticar os principais problemas rurais e efetivar ações de desenvolvimento integrado, notadamente com o apoio governamental, desde o financiamento até a alocação temporária de capital humano especializado, quando se fizer necessário.

Já se observa, nos comunicados do MDA, a ideia de promoção efetiva de políticas e projetos para o campo brasileiro na ótica da multidimensionalidade. Estas práticas e projetos são necessários, pois, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2010), nas próximas décadas, persistindo o avanço das ocupações pluriativas, o meio rural nacional tenderá a aumentar as suas rendas, influenciando, por conta disso, na melhoria futura das condições sociomateriais das populações habitantes rurais, quiçá beneficiando “massivamente” os grupos sociais rurais que compõem o território do VRP.

Concluindo

Sempre se incentivará a sociedade que procure participar de encontros, de fóruns, de organizações sociais diversas. O estímulo à mobilização dos indivíduos é democraticamente salutar à realização de projetos e políticas de desenvolvimento dos seus territórios.

O desafio, entretanto, conforme as assertivas anteriores, é tornar os agricultores partícipes das discussões ou projeções que pretendem dinamizar econômico e sustentavelmente as regiões tradicionalmente assentadas no cultivo de fumo. Os limites se ampliam à medida que os agricultores brasileiros não são encarados pelos demais segmentos sociais como potenciais protagonistas de desenvolvimento local, diz Abramovay (2009).

Isso, porém, não enfraquece as idéias e a criação de expectativas pela reversão desses obstáculos. Entre as expectativas possíveis, estão as condições indutoras de desenvolvimento nas regiões rurais, e que são de diferentes frentes. Os estudiosos vêm insistindo na melhoria da educação, na formação pessoal, no acesso à informação, na visão cooperativista, na intersectorialidade dos empreendimentos econômicos, na facilidade e ampliação do crédito, na valorização da cultura e dos atributos de uma dada região, na oferta de serviços públicos adequados, entre outras.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000, 31p. (Texto para discussão n. 702).

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: _____. *O futuro das regiões rurais*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009, p. 85-102.

ALMEIDA, F. S. de; LASSO, L. A. G.; RIBAS, C. E. D. C. A percepção dos riscos da atividade fumageira e sua contribuição na busca da reconversão produtiva no Assentamento de Reforma Agrária 25 de Maio, Santa Terezinha – SC. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 21, p. 103-114, jan./jun. 2010.

ANDRADE, M. et al. Alternativa de renda à substituição do fumo por agricultores de uma localidade de Cachoeira do Sul, RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3.; SEMINÁRIO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA, 3., 2005, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ABA, 2005. 4p. v. CD-ROM.

BETTO, F. (Org.). *Fome zero: textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 154p.

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. *Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

BONATO, A. A. *Fumo: a fumicultura e a Convecção-Quadro – desafios para a diversificação*. Curitiba: Deser, 2009, 64p. (Conjuntura).

BRASIL. A Convenção-Quadro para o controle do tabaco. 2005. Disponível em: <<http://www.pdf4free.com>> Acesso em: 31 out. 2005.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. 440p.

CONVENÇÃO-QUADRO para controle do tabaco: preâmbulo. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro/AISA-final.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2004.

COSTABEBER, J. A.; CLARO, S. A. Experimentação participativa e referenciais tecnológicos para a agricultura familiar. *Revista Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 29, p. 31-48, jul./dez. 2004.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. O desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, n. 15, p. 129-165, jan./jun. 2008.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php>. Acesso em: 1º out. 2010.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. *A ratificação da Convenção-Quadro pelo Brasil: mitos e verdades*. Rio de Janeiro: Inca, 2004.

LIMA, R. G. de. *A transição agroambiental no contexto da fumicultura: caminhos e obstáculos na ótica dos agricultores familiares da sub-região centro do Vale do Rio Pardo, RS*. Pelotas. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, 2007.

LIMA, R. G. de. Análise de dois temas controversos, propositivos à produção do fumo, nas áreas sul-brasileiras: a diversificação e a conversão. SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15.; JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 14., 2009, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: Unisc, 2009. 1p. v. CD-ROM.

MINAYO, Maria C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1992. 269p.

NASCIMENTO, A. et al. Substituição da cultura do fumo pela produção agroecológica de leite na agricultura familiar catarinense: uma parceria entre agricultores, Cepagro e GPVoisin-UFSC. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, p. 342-345, out. 2007.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *PNAD 2008: primeiras análises – o setor rural*. Ipea, 2010, 23p. (Comunicados do IPEA, n. 42).

PROGRAMA é referência em alternativas para a cultura do fumo. 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3580860>. Acesso em: 19 mar. 2010.

SILVA, J. G. da et al. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980. 240p.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SILVEIRA, R. L. L. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re) produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____ (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 107-148.

TREICHEL, M. Baixa adesão afeta a Ceasa Regional. *Jornal Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 25 de jan. 2010. Rural. (Entrevista).

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VIELMO, G. et al. Diversificação e transição agroecológica: uma experiência prática em unidade de produção familiar, Ibarama, RS. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, p. 503-506, out. 2007.

VOGT, O. P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. 283p.